

PRODUTO INTERNO BRUTO DO PIAUÍ
2010

Antecedentes

A série com referência em 2002, das Contas Regionais, tem sua metodologia e base de dados plenamente integradas com a série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil – referência 2000. Desde então, incorporaram-se, integralmente, os resultados de pesquisas agropecuárias, como o Censo Agropecuário 1995-1996 de pesquisas econômicas anuais nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizadas pelo IBGE. Esta série utiliza dados anuais de instituições externas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, obtidos junto à Secretaria da Receita Federal, e adota uma classificação de atividades compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 1.0, sendo divulgada com 17 atividades econômicas ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

Neste momento em que o IBGE efetua a revisão da base do Sistema de Contas Nacionais, cuja nova série, com referência em 2010, será divulgada em 2014, tanto o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais quanto o Sistema de Contas Regionais não interromperam suas estimativas, sobretudo, no caso das Contas Regionais, em virtude da vinculação do resultado do PIB per capita por Unidade da Federação, que é um dos fatores para o cálculo das quotas, por parte do Tribunal de Contas da União –TCU, do Fundo de Participação dos Municípios. No tópico a seguir, são explicitados os procedimentos adotados para a estimativa dos resultados do ano de 2010, com referência em 2002, por Unidades da Federação, sem os parâmetros do Sistema de Contas Nacionais, que foram substituídos, nesta edição, pelos do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

É importante salientar que o Sistema de Contas Regionais do Brasil, no modelo atual, é totalmente integrado ao resultado final do Sistema de Contas Nacionais. Por precaução, no entanto, alerta-se que alguns procedimentos (nível de agregação) foram adotados para a estimativa de 2010 na base atual, 2002, e, portanto, os dados de 2010 devem ser utilizados com ressalva para análises da série 2002-2010.

Assim, as estimativas de 2010 são preliminares. Em 2014, quando da divulgação da nova série com referência em 2010, os resultados das Contas Regionais do Brasil referentes a 2010 serão reapresentados, de forma definitiva, integrados, também, à nova série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.

Contas Regionais do Brasil: principais procedimentos para a estimativa de 2010

Como já frisado, a estimativa do PIB das Unidades da Federação para o ano de 2010 não adotou como parâmetros os resultados definitivos do Sistema de Contas Nacionais brasileiro, tendo sido utilizados como referência os valores do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Cabe esclarecer mais uma vez, aos usuários do Sistema de Contas Regionais, que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais e que seus resultados para o ano de 2010 são considerados definitivos, porém, com nível de abertura mais restrito.

O nível de detalhamento apresentado nesta publicação corresponde a 12 atividades econômicas e não a 17, como na série 2002-2009. O motivo para esta agregação está vinculado à disponibilidade de informações do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, que, por fornecer um resultado conjuntural, não dispõe, para divulgação, de informações estruturais, que só se tornam disponíveis a partir do encerramento do ano analisado. Os resultados das pesquisas estruturais anuais do IBGE que são utilizados nos trabalhos das Contas Nacionais e Regionais do Brasil só estão totalmente disponíveis, em média, 18 meses após o encerramento do ano. Assim, a redução do nível de detalhamento dado pelas Contas Nacionais Trimestrais resulta na restrição da comparabilidade da série disponível, 2002-2009. Além disso, o processo de ajustamento aos resultados nacionais, em 2010, foi realizado em nível menor de abertura do que o efetuado até 2009, tendo em vista que o Sistema de Contas Nacionais possui maior grau de detalhamento do que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Panorama da Economia Brasileira

A Economia brasileira fechou 2010 com crescimento de 7,5%, recuperando-se do período de crise do final de 2008 e 2009. Em valores correntes a soma de todas as riquezas produzidas pela economia no ano de 2010 alcançou R\$ 3,675 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$19.016,00. O resultado foi beneficiado pela base de comparação do ano anterior já que em 2009, ano abatido pelos efeitos da crise financeira mundial, o PIB brasileiro teve recuo de 0,6%.

Por setor, o crescimento no ano foi o seguinte: Agropecuária (6,5%), Indústria (10,1%) e Serviços (5,4%).

A Indústria Extrativa Mineral foi a atividade produtiva que registrou o maior crescimento em 2010, favorecida pela disparada dos preços das commodities. A indústria extrativa, que inclui o petróleo, gás e minerais, subiu 15,7% ao ano. O desempenho da atividade extrativa impulsionou a recuperação da atividade industrial, um dos setores mais atingidos pela crise que terminou em 2010. Com a retomada do crescimento das economias mundiais, aumentou a demanda por minério de ferro, que é um insumo básico da atividade produtiva.

Avaliação das Contas Regionais do Piauí – 2010

A Economia Piauiense

Depois de obter taxas de crescimento de 8,8%, em 2008, e 6,2%, em 2009, a primeira e a segunda maior taxa de crescimento, respectivamente, dos estados brasileiros, o Piauí continua crescendo 4,2% em 2010, só que no comparativo com 2008 e 2009 esse crescimento diminuiu o ritmo, decorrente sobretudo de uma base de comparação alta em relação aos anos anteriores e motivado também por problemas enfrentados por algumas atividades econômicas, sobretudo, pela Agropecuária. Nos últimos três anos (2008-2010), o Estado acumulou um crescimento de 19,2%, o que representa uma média anual de 6,4%, enquanto o país, no mesmo período, cresceu 12,4%, representando 4,13% ao ano.

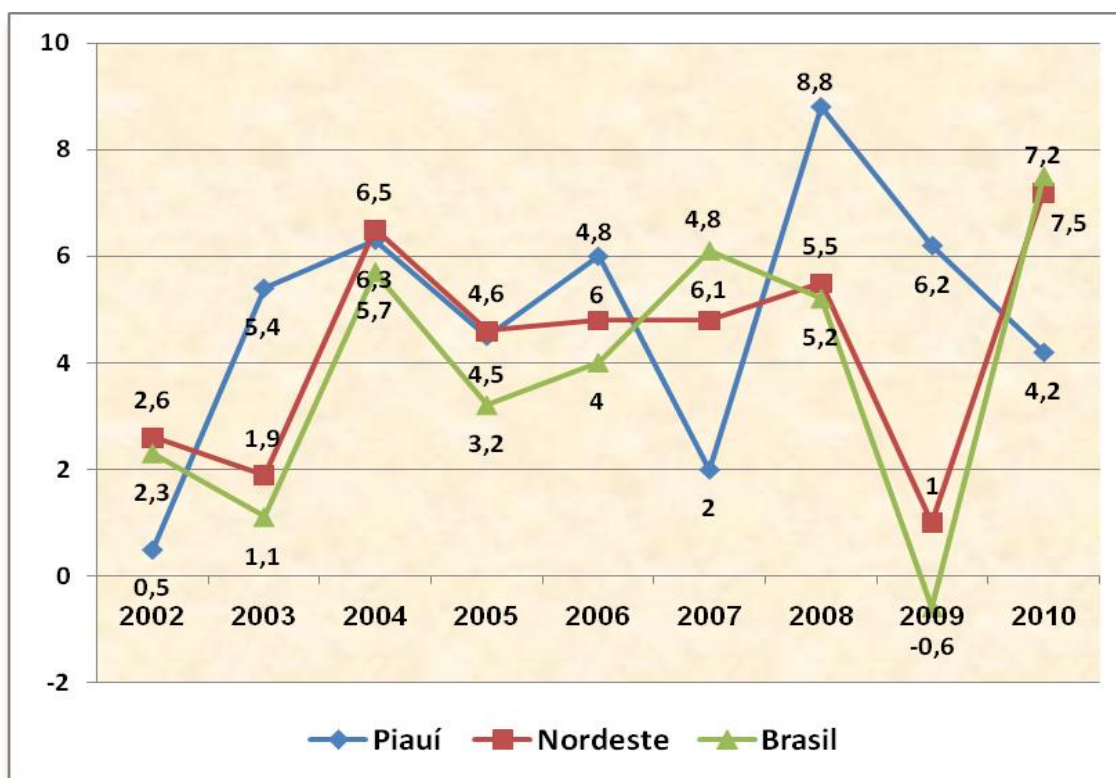
Tabela 1 – Composição do Produto Interno Bruto do Brasil a Preços de Mercado Corrente e Variação Real, Segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação–2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Valor (R\$1.000.000)			
	Valor Adicionado Bruto a preço básico corrente (+)	Impostos sobre produtos líquidos de subsídios (+)	Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente	Variação real anual 2010 / 2009 (%)
Brasil	3.227.181	542.904	3.770.085	7,5
Norte	178.865	22.646	201.511	9,9
Rondônia	20.817	2.744	23.561	12,6
Acre	7.743	733	8.477	10,9
Amazonas	49.985	9.794	59.779	10,0
Roraima	5.818	522	6.341	9,6
Pará	71.043	6.804	77.848	8,0
Amapá	7.677	589	8.266	8,00
Tocantins	15.780	1.460	17.240	14,2
Nordeste	446.063	61.439	507.502	7,2
Maranhão	40.454	4.802	45.256	8,7
Piauí	19.611	2.450	22.060	4,2
Ceará	68.264	9.602	77.865	8,0
Rio Grande do Norte	28.543	3.796	32.339	5,1
Paraíba	28.561	3.386	31.947	10,3
Pernambuco	81.629	13.557	95.187	7,7
Alagoas	21.932	2.643	24.575	6,8
Sergipe	21.377	2.555	23.932	5,3
Bahia	135.693	18.648	154.340	6,6

Sudeste	1.756.475	331.746	2.088.221	7,6
Minas Gerais	307.865	43.516	351.381	8,9
Espírito Santo	67.507	14.615	82.122	13,8
Rio de Janeiro	344.405	62.717	407.123	4,5
São Paulo	1.036.698	210.898	1.247.596	7,9
Sul	536.929	85.326	622.255	7,6
Paraná	187.263	30.027	217.290	10,0
Santa Catarina	130.618	21.864	152.482	5,4
Rio Grande do Sul	219.048	33.435	252.483	6,7
Centro-Oeste	308.849	41.747	350.596	6,2
Mato Grosso do Sul	37.821	5.693	43.514	11,0
Mato Grosso	53.025	6.575	59.600	3,6
Goiás	84.768	12.808	97.576	8,8
Distrito Federal	133.235	16.671	149.906	4,3

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2008 ;Fundação CEPRO.

Gráfico 1 – Taxas de Crescimento (%) do PIB PiauÍ, Nordeste e Brasil 2002-2010



O Estado do PiauÍ respondeu por 0,6% do PIB Brasileiro em 2010, com um valor de Cr\$ 22.060 milhões, sendo R\$19.611 milhões proveniente do Valor Adicionado das atividades econômicas e R\$2.450 milhões provenientes da arrecadação de impostos, ocupando assim a 23 posição entre as 27 unidades da federação.

Na série (2002 – 2010) o Estado apresentou um crescimento acumulado em volume de 52,50% sendo o segundo maior crescimento na região Nordeste. Nesse mesmo período o país acumulou um crescimento em volume de 37,1% e a região Nordeste, 42,4%. Em média, o Estado cresceu a uma taxa anual de 6,56% no período.

**Tabela 2 – Contas Regionais do Brasil – Referência 2002
Evolução do Volume do PIB das Grandes Regiões e Estados, Acumulado no
Período de 2002 – 2010**

ESTADOS E REGIÕES	2002-2010
Norte	53,2%
Rondônia	63,9%
Acre	61,6%
Amazonas	53,7%
Roraima	53,3%
Pará	42,8%
Amapá	59,2%
Tocantins	74,2%
Nordeste	42,4%
Maranhão	56,0%
Piauí	52,5%
Ceará	43,5%
Rio Grande do Norte	30,9%
Paraíba	45,1%
Pernambuco	39,2%
Alagoas	34,3%
Sergipe	44,4%
Bahia	41,5%
Sudeste	35,6%
Minas Gerais	34,7%
Espírito Santo	48,3%
Rio de Janeiro	25,6%
São Paulo	38,6%
Sul	29,5%
Paraná	35,2%
Santa Catarina	30,1%
Rio Grande do Sul	24,3%
Centro-Oeste	45,9%
Mato Grosso do Sul	46,4%
Mato Grosso	55,8%
Goiás	47,3%
Distrito Federal	40,9%
Brasil	37,1%

Fontes: CEPRO;IBGE.

Para o ano de 2010, a renda per capita estadual foi estimada em R\$7.072,80, contra R\$6.051,00, resultado que tira o Estado da incômoda posição de menor renda per capita do país, posição ocupada desde 2003. Em 2010 a população do

Estado correspondeu a 1,63% da população do Brasil. Em termos nominais, o crescimento da renda em relação a 2009 foi de 16,89% e, nesse mesmo período, a inflação acumulada foi de 6,0% (IPC— Fundação Cepro), representando para a população um ganho real.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto *per Capita* do Brasil, Segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2002–2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> (1 R\$)			
	2007	2008	2009	2010
Brasil	14.465	15.992	16.918	19.766,33
Norte	9.135	10.216	10.626	12.701,05
Rondônia	10.320	11.977	13.456	15.098,13
Acre	8.789	9.896	10.687	11.567,41
Amazonas	13.043	14.014	14.621	17.173,33
Roraima	10.534	11.845	13.270	14.051,91
Pará	7.007	7.993	7.859	10.259,20
Amapá	10.254	11.033	11.817	12.361,45
Tocantins	8.921	10.223	11.278	12.461,67
Nordeste	6.749	7.487	8.168	9.561,41
Maranhão	5.165	6.104	6.259	6.888,60
Piauí	4.662	5.372	6.051	7.072,80
Ceará	6.149	7.112	7.687	9.216,96
Rio Grande do Norte	7.607	8.203	8.894	10.207,56
Paraíba	6.097	6.866	7.618	8.481,14
Pernambuco	7.337	8.065	8.902	10.821,55
Alagoas	5.858	6.227	6.728	7.874,21
Sergipe	8.712	9.779	9.787	11.572,44
Bahia	7.787	8.378	9.365	11.007,47
Sudeste	19.277	21.183	22.147	25.987,86
Minas Gerais	12.519	14.233	14.329	17.931,89
Espírito Santo	18.003	20.231	19.145	23.378,74
Rio de Janeiro	19.245	21.621	22.103	25.455,38
São Paulo	22.667	24.457	26.202	30.243,17
Sul	16.564	18.257	19.325	22.722,62
Paraná	15.711	16.927	17.779	20.813,98
Santa Catarina	17.834	20.369	21.215	24.398,42
Rio Grande do Sul	16.689	18.378	19.778	23.606,36
Centro-Oeste	17.844	20.398	22.365	24.952,88
Mato Grosso do Sul	12.411	14.187	15.407	17.765,68
Mato Grosso	14.954	18.050	19.087	19.644,09
Goiás	11.548	12.878	14.447	16.251,70
Distrito Federal	40.696	45.978	50.438	58.489,46

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; Fundação CEPRO.

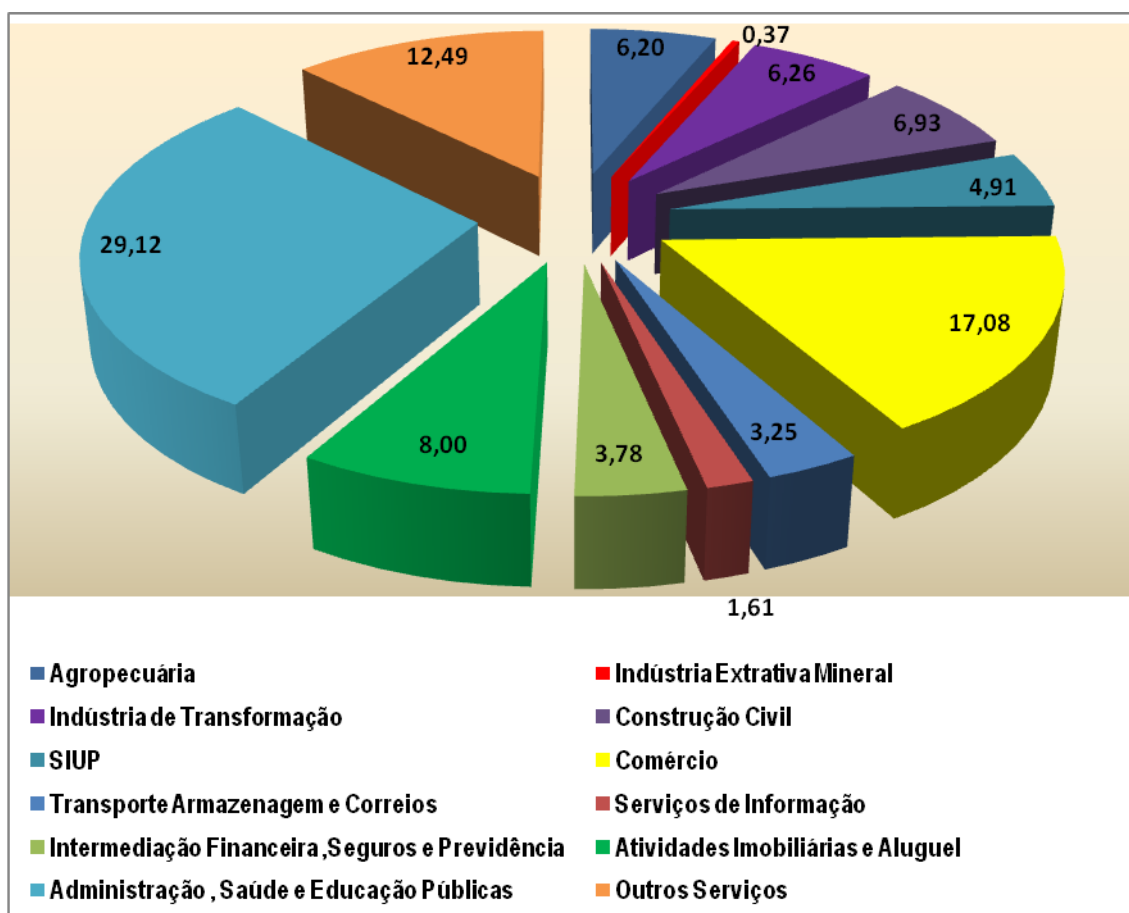
Analisando a produção de bens e serviços em 2010, constata-se que a taxa de crescimento real do Estado de 4,2% foi impulsionada, sobretudo, pelas atividades industriais que nesse ano cresceram 16,5%. O setor Serviços como um todo cresceu 4,1% e o setor Agropecuário apresentou retração de -13,6% em relação ao ano de 2009.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2010 o Estado obteve um saldo de 18.826 novos empregos com carteira assinada contra 12.727 em 2010.

Desempenho Setorial

Em 2010, a participação das atividades econômicas no Valor Adicionado do PIB ficou distribuída em: Agropecuária, 6,20% (R\$1.216 milhões); Indústria, 18,47% (R\$3.622 milhões) e Serviços, 75,33% (R\$14.774 milhões).

Gráfico 2- Participação (%) dos Setores no Valor Adicionado do PIB Estadual em 2010



Agropecuária

A Agropecuária, em 2010, apresentou retração de -13,6%. O setor respondeu por 6,20% do valor adicionado à economia do Estado no mesmo período.

O comportamento da Agropecuária deveu-se, sobretudo, ao desempenho da produção de grãos que em 2010 colheu 1.371.694 toneladas que corresponde a 12,77% a menos que a safra passada.

As dificuldades enfrentadas pela atividade econômica estão relacionadas a intensa escassez de chuvas no período mais importante da produção, notadamente nas regiões norte e centro do Estado. Essa escassez trouxe reflexos nos ganhos de produtividades. Segundo os produtores faltou mais técnicas de correção de solo, adubagem e implementos agrícolas modernos em maior quantidade.

Reclamam também do baixo uso de sementes selecionadas e da escassez de financiamento ao pequeno e médio produtor, no tocante ao custeio da produção e para investimentos em máquinas e implementos agrícolas.

A soja, principal produto da agricultura do Estado, experimentou crescimento da produção da ordem de 11,3%, mas em função do crescimento dos custos de produção não se observou crescimento do valor adicionado à economia do Estado em 2010 (-5,8%). O milho foi fortemente afetado pela escassez de chuva, especialmente na época da floração da cultura o que refletiu em queda da produção de -30,98%. A falta de chuvas afetou muito a cultura do arroz (queda da produção de 46,94%), por ser uma cultura que exige índices pluviométricos altos, sobretudo nas regiões em que é praticada pela agricultura familiar. O feijão, embora seja uma cultura mais resistente à escassez de chuvas, foi também muito afetado pela ausência das precipitações pluviométricas na época do plantio tendo se observado queda na produção de -47,91%.

A redução da área plantada da cultura do algodão (-40,91%) refletiu no decréscimo da produção da ordem de -20,11%.

Do lado da pecuária o destaque foi a produção do pescado com crescimento de 13%.

Em 2010, a Silvicultura obteve crescimento do valor adicionado em 29,4%. Reflexos do incremento na produção de carvão vegetal e lenha.

Indústria

Em 2010, o setor mais dinâmico da economia foi o Industrial (Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública-SIUP e Construção Civil) que apresentaram taxas elevadas de crescimento. O setor respondeu por 18,47% do Valor Adicionado à economia estadual, correspondente a R\$ 3.622 milhões.

A Construção Civil, em 2010, obteve a maior taxa de crescimento da Economia, 24,4%, impulsionada fortemente pelo segmento obras públicas.

Em 2010 foram implementados vários programas habitacionais do governo federal tais como: Pró-Moradia, Semeando Moradia, Semeando Moradia Rural e programa de melhoria Habitacional em todo o Estado. Sendo o residencial Jacinta Andrade em fase adiantada de execução, o maior empreendimento do PAC no Estado.

A Transnordestina, que tem um canteiro de obras na cidade de Paulistana, também contribuiu sobremaneira para este desempenho da Construção Civil no período em análise. A ferrovia ligará os portos de Pecém(CE) e Suape(PE) ao cerrado do Piauí no município de Eliseu Martins, melhorando assim a competitividade da produção agrícola e mineral da região.

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP também experimentaram forte crescimento (15,5%). O crescimento está relacionado tanto com a distribuição de água e luz como também com a geração de energia elétrica.

A Extrativa Mineral cresceu 9,5% impulsionado pela extração e britamento de pedras, extração do calcário e extração de minerais para fabricação de adubos.

Em 2010 a Indústria de Transformação cresceu 7,1%. Os destaques foram fabricação de cervejas, chopes e refrigerantes, fabricação de óleo vegetal em bruto, fabricação de produtos metálicos, fabricação de bicicletas e colchões, curtimento e preparação de couro, indústria química, preparação de leite e fabricação de laticínios.

Serviços

Responsável por 75,33% do Valor Adicionado estadual, com um montante de R\$ 14.774 milhões, o setor de Serviços em 2010 apresentou um crescimento de 4,1% em comparação com 2009, fator positivo visto a importância do setor terciário na composição do PIB piauiense.

As atividades que mais cresceram foram Transportes Total,13,3%; Financeiro, 9,4%; Alojamento, 15%; Comércio, 6,9%; Serviços Prestados às Empresas, 4,6%; Saúde e Educação, 4,3%;Outros Serviços, 2,1%; Serviços de Manutenção, 4%; Serviços de Informação, 1,2%.

O transporte rodoviário que agrega maior valor a economia cresceu no período 13,3%, mas o maior crescimento foi verificado mesmo no transporte aéreo (39,8%).

Por outro lado apenas o setor de Administração Pública apresentou uma pequena retração na atividade de -0,5%, decorrente de redução nas matrículas das universidades Estadual e Federal.

Tabela 4 – Variação do Volume do Valor Adicionado do PIB do Piauí por Atividade Econômica 2010/2009

Setores	%
Agropecuária	-13,6%
Extrativa Mineral	9,5%
Indústria de Transformação	7,1%
Indústria da Construção Civil	24,4%
Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP	15,5%
Comércio	6,9%
Alojamento e Alimentação	15%
Transporte	13,3%
Informação	1,2%
Financeiro	9,4%
Aluguel	0,0%
Serviços Prestados às Empresas	4,6%
Administração Pública	-0,5%
Manutenção	4%
Saúde e Educação Mercantis	4,3%
Outros	2,1%

Fontes: IBGE;CEPRO.

Tabela 5 – Participação Percentual das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto, Piauí – 2007–2010

ATIVIDADES	2007	2008	2009	2010
Total	100	100	100	100
Agropecuária	8,22	10,90	10,2	6,20
Indústria Extrativa Mineral	0,22	0,19	0,12	0,37
Indústria de Transformação	6,42	6,92	7,33	6,26
Construção Civil	6,52	5,39	6,05	6,93
Prod. e Distrib. de Eletr. e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana	3,78	3,69	3,48	4,91
Comércio	15,37	16,19	15,14	17,08
Transporte Armazenagem e Correios	3,28	3,56	3,21	3,25
Serviços de Informação	2,5	2,01	1,54	1,61
Intermediação Financeira ,Seguros e Previdência Complementar	3,9	3,35	3,48	3,78
Atividades Imobiliárias e Aluguel	9,44	9,10	8,83	8,00
Administração , Saúde e Educação Públicas	30,24	28,3	28,68	29,12
Outros Serviços	10,11	10,41	11,98	12,49

Fontes: IBGE;CEPRO.

**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ
(CEPRO)**

Presidente da Fundação CEPRO: Raimundo C.de Brito Filho

Elaboração:

Joana D'arc Fortes Portela Barbosa

Evaristo Alves dos Reis Júnior

Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Formatação:

Eduyges Martins da Silva

Email:

joanaportela@seplan.pi.gov.br

fatimafacchinetti@cepro.pi.gov.br

evaristoreis@cepro.pi.gov.br